



Proposição: REQ - REQUERIMENTO

Número: 003107/2021

APROVADO
Em: 16/03/2021
A
Juraci Scheffer
PRESIDENTE

Senhor Presidente.

Senhoras Vereadoras.

Senhores Vereadores.

A Deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19, nº 130, de 03 de março de 2021, alterada pela Deliberação nº 136, de 10 de março de 2021, que "Institui o Protocolo Onda Roxa em Biossegurança Sanitário-Epidemiológico" do Governo do Estado de Minas Gerais", não prevê a restrição dos serviços de transporte público, seja ele coletivo ou individual. Para corroborar com o exposto, segue o trecho normativo:

Art. 4º - Durante a vigência da Onda Roxa, somente poderão funcionar as seguintes atividades e serviços, e seus respectivos sistemas logísticos de operação e cadeia de abastecimento e fornecimento: [...]

XXVIII - transporte privado individual de passageiros, solicitado por aplicativos ou outras plataformas de comunicação em rede. [...]

- Art. 6º Deve ser mantida, pelos Municípios, a prestação de serviços públicos essenciais e que não podem ser descontinuados, dentre os quais: [...]
- VI transporte público, incluindo táxi e mototáxi. [...]
- Art. 7º Fica determinado, a partir da implementação da Onda Roxa, além de outras medidas definidas pela Secretaria de Estado de Saúde SES a proibição de:
- I funcionamento das atividades socioeconômicas entre 20h e 5h, observado o disposto no § 3º; [...]
- $\S 3^{\circ}$  A restrição de horário prevista no inciso I do caput não se aplica às atividades e aos serviços: [...]

Assim, resta evidente que o art.7º, §3º, II, permite o funcionamento do transporte privado individual de passageiros, solicitado por aplicativos ou outras plataformas de comunicação em rede, além do transporte público, incluindo táxi e mototáxi, uma vez que não se aplica a restrição a TODOS

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL A validade das assinaturas poderão ser verificadas no endereço www.camarajf.mg.gov.br/sal/verificador, código verificador: 92986





os serviços listados no art.6º do referido Decreto.

Considerando que a mobilidade urbana é fundamental para todos os trabalhadores dos serviços essenciais, REQUEIRO, nos termos regimentais, que seja oficiada à Sua Excelência a Sra. Prefeita Municipal solicitando providências no sentido de alterar o Decreto nº 14.400 no que se refere a probição do transporte urbano no período de 20:00 até às 05:00.



Palácio Barbosa Lima, 16 de março de 2021.

Tallia Sobral Nunes

Vereadora Tallia Sobral - PSOL

Subscritores:

Tinga Rocha dos Sontos pér me cio

Tiago Rocha dos Santos Vereador Tiago Bonecão -

CIDADANIA

André Luiz Vieira Vereador André Luiz -Republicanos

Carlos Alberto de Mello

Vereador Sargento Mello Casal - PTB

José Márcio Lopes Guedes Vereador Zé Márcio - PV

Aparecido Reis Miguel Oliveira Vereador Cido Reis - PSB Carlos Alberto Bejani Júnior Vereador Bejani Júnior -Podemos

Kátia Aparecida Franco

Vereadora Kátia Franco Protetora

- PSC

João Wagner de Siqueira Antoniol

Vereador João Wagner - PSC